

Estudo Histórico Geográfico da Evolução Administrativa do Município de Petrópolis e sua Toponímia

Camila Vieira de Almeida

Laboratório de Cartografia – Departamento de Geografia – UFRJ
camila.almeida@ufrj.br

Anniele Sarah Ferreira de Freitas

Laboratório de Cartografia – Departamento de Geografia - UFRJ

Paulo Márcio Leal de Menezes

Laboratório de Cartografia – Departamento de Geografia - UFRJ

Alan José Salomão Graça

Instituto Militar de Engenharia – IME - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Cartográfica

RESUMO

Este trabalho visa o estudo histórico geográfico da evolução administrativa do município de Petrópolis e sua evolução toponímica. Ele integra a pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Cartografia do Dep. de Geografia da UFRJ, na qual é analisada a evolução político-administrativa do estado e seus municípios, associada às denominações toponímicas existentes no aspecto temporal. Essa evolução político-administrativa leva em consideração a genética do município, com as origens e motivações de sua criação e instalação, mas visando também seus distritos e núcleos populacionais, criados ao longo do tempo, bem como o desenvolvimento que tenha sofrido, abrangendo uma visão espacial. No caso de Petrópolis, a análise dos topônimos, sobre a forma de geônimos, mostrará os aspectos culturais, políticos e territoriais das denominações dos núcleos populacionais existentes, desde sua criação até os dias atuais, sob uma abordagem espaço-temporal. Desta forma, ter-se-á uma imagem espaço-temporal do município, integrando ao Estado, porém sob uma ótica específica de sua ocupação.

PALAVRAS CHAVE: Petrópolis, involução político-administrativo, topônimos

ABSTRACT

This work aims to study the historical geographic space-time of the administrative evolution of Petrópolis and its toponymy. This work is a research developed through the Laboratory of Cartography, of the Department of Geography, of Federal University of Rio de Janeiro, where is analyzed the state political administrative evolution and its municipalities, associated with toponymic designations existents on a temporal vision. The political administrative evolution considers the municipality genetics, from the origin and motivations of its creation and installation, reaching its districts and settlements created over time, and development of each one, over a spatial vision. In the case of Petrópolis, the analysis of toponyms as the study of geographical names will show cultural, political and territorial aspects of designations of existents settlements, from its creation until nowadays in an space-time approach. In this way, it will have a space-time overview of the municipality, incorporating to the state, but under a specific perspective of their occupation.

KEYWORDS: Petrópolis, political administrative , toponymis

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estabelecer a evolução do Município de Petrópolis. Determinando a origem legislativa da criação do município, a genética da cidade com suas fronteiras e suas alterações ocorridas, listando os principais núcleos populacionais, suas alterações toponímicas ocorridas até os dias atuais.

O estudo realizado foi motivado pelo interesse histórico-geográfico de realizar um levantamento evolutivo a cerca das as mudanças ocorridas no município tanto no âmbito político-administrativo quanto em relação a sua toponímia. Este artigo está correlacionado ao estudo de “Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo Laboratório de Cartografia, GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ.

Com a vinda da Família Real, Petrópolis passa a ter mais destaque no contexto histórico do estado com a transfêrencia da capital do Rio de Janeiro para a cidade.

A cartografia histórica tem como principal objetivo realizar uma análise geográfica da região. Trabalhando com o levantamento de mapas históricos, suas alterações politico- administrativo

II - ÁREA DE ESTUDO

O referencial estudado nesse artigo é o Município de Petrópolis. Esta área é regulamentada pela Lei estadual nº 1255, de 15-12-1987, é consta a sua ultima alteração espacial, onde fica decretado a sua divisão em cinco distritos são eles: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse, conforme pode ser observado na Figura 01.

A instalação da cidade e do município é datada de 1859. A cidade é banhada pelos rios Piabanha, Quitandinha e Palatino. Possui um clima mais ameno, com temperatura média entre 18 e 24 graus.



Figura 01 - Município de Petrópolis e seus distritos - Fonte: Laboratório de Cartografia - Geocart - UFRJ.

Petrópolis era o local de veraneio da Corte Imperial, devido seu clima similar com o europeu o que foi consolidado com a construção do *Palácio de Verão*. Entre os pontos turísticos atuais fazer jus ao Museu Imperial, a Catedral de São Pedro de Alcântara, o Palácio de Cristal e a Casa de Santos Dumont.

A Cidade Imperial, como também é conhecida, tornou-se reduto de artistas, intelectuais e pessoas famosas, sendo um dos principais pólos turísticos do estado.

A cidade de Petrópolis está situada no alto da Serra da Estrela, Fronteira com os Municípios de Sapucaia, ao Norte; Miguel Pereira e Duque de Caxias, ao Sul; Magé e Teresópolis, a Leste; e Três Rios, Paraíba do Sul e Vassouras, a Oeste. Possui uma população de 296.044 habitantes, que está situada nos seus 795,80 km².

III - CONTEXTO HISTÓRICO DA ÁREA ESTUDADA

Os primeiros registros de Petrópolis foram realizados após a abertura da nova estrada que fazia a ligação do Rio de Janeiro com Minas Gerais aberta pelo bandeirante Garcia Rodrigues e concluída pelo Sargento-Mor Bernardo Soares Proença. Muitos consideravam esse novo caminho como atalho, pois o mesmo encurtava de quatro até cinco dias no trajeto, pois apresentava um relevo menos acidentado e melhores condições para a passagem da tropa, o que conseqüentemente fazia com que o ouro chegasse mais rápido ao Porto do estado do rio de Janeiro.

Após a abertura da estrada foram realizadas doações de sesmarias que de acordo com a Carta Régia de 11 de novembro de 1721, com a doação de terras da atual área urbana de Petrópolis a Bernardo Soares Proença, onde foi instalada a Sesmaria de Tamaraty .O topônimo *tamaraty* teve sua origem no termo indígena *nheêngatu tamaraty*, que significa pedra rolando ou caindo para a água. Segundo Frei Estanislau, (apoud Froés, 2005) ,a fazenda foi nomeada dessa forma e porque nas terras concedidas havia uma rocha chamada: Pedra Cara de Cavalo, que situa-se localizada próxima ao rio Itamaraty. Este local é o marco inicial da habitação na cidade.

Algumas outras Sesmarias foram concedidas para que pudesse ser realizada a ocupação dos demais territórios. Em 1733 a localidade já contava com seis ocupações efetivas são elas Sesmaria Tamaraty; Sesmaria Rio da Cidade ; Sesmaria Araras; Sesmaria das Pedras; Roça do Secretário; e Sesmaria de Francisco Rodrigues Távora.

O primeiro núcleo religioso do futuro município de Petrópolis, foi inaugurada em 1734 pelo Desembargador Dr. Euzébio Alvarez Ribeiro, a qual foi autorizada sob o título de *Capella de Nossa Senhora da Conceição das Pedras*.

Como era uma das poucas habitações no decorrer do Caminho Novo a fazenda servia como hospedagem para os viajantes. Em relatos, segundo Fróes (2005), "Soares Proença deu grande impulso às suas roças e às instalações de pouso, tendo implantado uma excelente ferraria. Tais melhoramentos fizeram com que, naquela fase, a maioria dos tropeiros e os demais viajantes escolhessem Tamaraty como local ideal para o primeiro pernoite serra - acima".

Com o passar dos anos a fazenda Tamaraty, foi dividida dando origem também a *Fazenda Corrego Secco* . Sendo assim a residência do Padre Correa , proprietário da Fazenda Corrêa era ponto de parada obrigatória de viajantes ilustres. Foi por esta razão que lá se hospedou D. Pedro I, em março de 1822, a caminho para Minas Gerais.

Em 1830, a *fazenda Correa* é escolhida para abrigar a família real por completo. Desta vez a razão da visita foi em circunstância da Princesa Paula Mariana, filha do Imperador, que por encontrar-se doente

necessitava de uma mudança de ares por recomendações médicas. Enlevado com o local, D. Pedro I tenta a aquisição da fazenda, o que lhe foi negado pelos proprietários que alegaram não poder negociá-la por uma questão de promessa familiar.

Na sua volta para o Rio de Janeiro Dom Pedro passa pela *Fazenda Corrego Secco*, próxima a *Fazenda Corrêa* e realiza a aquisição das terras. Para a construção do *Palácio de Verão*. Nas terras adquiridas

“existia apenas uma casa ordinária de moradia, dois ranchos para pernoite das tropas, e duas pequenas oficinas de ferraria, principal indústria do seu então proprietário, o Major José Vieira Afonso. Esta fazenda que passou a pertencer ao domínio particular do Imperador D. Pedro I coube por herança a S. M. o Imperador o senhor D. Pedro II. Durante alguns anos ela foi arrendada a diversos.”¹

Por meio dos anos de 1840, a *Fazenda Tamaraty*², passa a possuir alojamentos para cerca de cinquenta famílias de origem germânicas, cujos estrangeiros vieram com o intuito de realizar obras a formação da futura cidade, principalmente na construção do *Palácio de Verão* era possível perceber no local do alojamento pequenas plantações e criações.

As influências da colonização germânica são explícitas através deste trecho retirado do artigo “Petrópolis: cento e quarenta e três anos como cidade”, do autor Pedro Rubens Pantolla de Carvalho (2002), onde este afirma que, foi Koeler, com seus desejos de implantar aqui uma colônia, que dá início a construção de Petrópolis, em sua configuração urbana, do elemento germânico. Na verdade, ao planejar o espaço, ainda virgem, caracterizado pela predominantemente paisagem natural, introduz um modelo inédito de organização espacial urbana, em que o divide em grandes porções de terras, os quarteirões, cada qual com a denominação de uma região da Alemanha, como, por exemplo, Quarteirão Bingen, e estes, por sua vez, subdivididos em lotes, aforados perpetuamente às famílias alemãs que aqui chegaram. Aliás, a atual paisagem urbana de Petrópolis não revela marca alguma da colonização alemã, a não ser na sua toponímia.

Em 1844 é estabelecido o curato de São Pedro de Alcântara. Segundo Lello (1959) curato era um povoado onde morava o Cura. O Cura era um Capelão e, muitas vezes não morava no Curato, visitando-o esporadicamente, para celebrar missas e realizar casamentos e batizados. O Curato não tinha pároco, nem livros próprios para seus assentamentos. Não era independente eclesiasticamente.

Embasado na Lei Nº 397 de 20.V.1846 – com a elevação da *Freguesia de Villa da Estrella*, o curato de São Pedro de Alcântara é elevado a categoria de Freguesia, estando vinculado ao termo no novo Município de *Estrella*. Segundo Santos (1995), o termo freguesia descende das expressões latinas *filius gregis* (filho do

¹ Tinoco, J. Guia de Viagem – 1885 .Rio de Janeiro. in: Cidade de Petrópolis : Reedição de Quatro Obras Raras – 1957 . Anuário do Museu Imperial 1995 – Edição Comemorativa, p.217.

² O topônimo Tamaraty passa a ser citado como Itamaraty

rebanho) que evoluiu no português pelos intermédios *filin gregis* para *feligresia* até freguesia. Ao longo da vida local brasileira as freguesias desempenharam um papel proeminente, tanto na sua acepção eclesiástica como administrativa e nomeadamente no que respeita ao carisma censitário.

Desde os seus primórdios, as paróquias, que posteriormente se transformaram em freguesias eram sobretudo instituições e operativos no processo de implantação do cristianismo. Mesmo antes de estarem institucionalizados os censos era o pároco que tinha o dever de contar as “almas” e dar conta dos acontecimentos da sua paróquia, como por exemplo, no respeitante ao uso do solo.

A freguesia é o nome que tem, a menor divisão administrativa, sendo que todos os conselhos têm obrigatoriamente de ter uma freguesia, governada pela Junta de Freguesia. No período colonial as autoridades portuguesas estabelecem três tipos diferentes de freguesias, para efeitos de ordenamento do território são elas freguesias urbanas, freguesias semi-urbanas e freguesias rurais.

Consta no Artigo 2º da Lei - "O Termo da Villa de Estrella compreenderá as Freguesias de Inhomirim, da Guia de Pacobahyba, do Pillar, e o Curato de Petrópolis, que fica erecto em Freguesia sob invocação de São Pedro de Alcântara".

Artigo 3º - "As Freguesias de Inhomirim e da Guia ficam desmembradas do Município de Magé, a do Pillar do de Iguassu, e a de Petrópolis do da Parahyba";

Sendo assim em 1850, a população alemã de Petrópolis era de 2.565 almas. Havia 691 casas e uma superfície desbravada de 571.895 braças quadradas (Lamego,2007). Neste período se tem início aos primeiros movimentos para a emancipação do território.

Devido ao consistente desenvolvimento econômico da localidade, enricado pelas condições climáticas Petrópolis apresenta uma lavoura bem vária que cobria os vales e as colinas do município, oferecendo uma agricultura bem moderna devido a presença dos germânicos que se utilizavam as mais modernas técnicas de manejo. Por outro lado, percebe-se um grande avanço também nas atividades industriais e manufatureiras sendo possível encontrar na região fábrica de cerveja, tecelagens, mercearias, carpintarias e outras oficinas, além de um comércio bem amplo, com o crescimento acelerado e com a especialização cada vez maior.

O Coronel Amaro Emílio da Veiga dá início aos movimentos de emancipação e em 1857 a *Freguesia de São Pedro de Alcântara* é elevada categoria de cidade. Um fato curioso é a sua elevação à categoria de cidade, sem antes passar pela condição de Villa, o que naquela época foi um fato inédito na história do Estado do Rio de Janeiro.

A mudança só é realizada com êxito após tentativas vetadas pelo próprio Imperador, então dessa forma é sancionada a “Lei nº 961 de 29.IX.1857:

O Comendador Francisco José Cardoso, Presidente da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Faço saber a todos os seus habitantes que a mesma Assembléa Legislativa Provincial decretou a Lei seguinte:

Artigo Primeiro - Ficam elevadas à categoria de cidade as Villas de Valença e Vassouras e a Povoação de Petrópolis.

Artigo Segundo - Anexa-se o segundo distrito da Freguesia de São José do Rio Preto ao novo Município de Petrópolis, de que o Presidente da Província designará os limites.

Artigo Terceiro - São Revogadas as disposições em contrário.”

No Figura 02 é possível perceber a formação politico-administrativa do município em 1860.

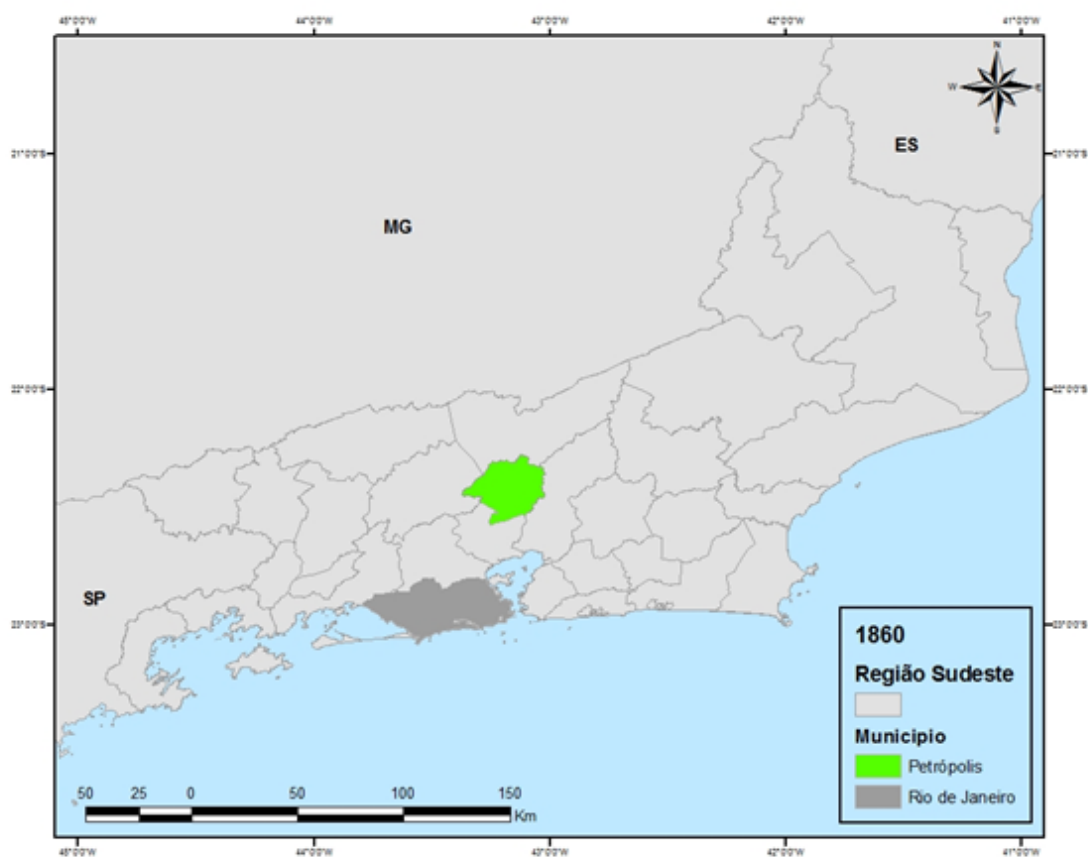


Figura 02 - Mapa estado do Rio de Janeiro -1860 . Fonte:Laboratório de Cartografia, Geocart (2011).

De acordo com a Lei Provincial de 31.XII.1858, fica enérgico a subdivisão do Município de Petrópolis em dois distritos apenas são eles o primeiro fica concedido a cidade de Petrópolis e o segundo fica definido com a *Freguesia de São José do Rio Preto* que foi incorporada ao município.

Em 1859 fica instalado o a cidade de Petrópolis e o Município. Sengundo a constituição a criação de municípios, está mediante a emancipação de distritos, que deve dar-se mediante a lei estadual sendo contemplada pela respectiva assembléia legislativa local, antecedida por consulta prévia da população interessada por meio de um plebiscito, dependendo, todavia, da aprovação de lei complementar federal que aborde sobre o período em que se dará a criação dos municípios e sobre o conteúdo dos Estudos de Viabilidade Municipal, nos termos do art. 18, §4º, da Constituição

- De acordo Sérgio Marcondes, 1859 ao discorrer sobre a implementação urbana conclui que:
- O centro da cidade já se encontrava todo urbanizado e ocupado;
- Ruas bem calçadas, pontes elegantes;
- Vários prédios residências;
- Hotéis;
- Comércio bem diversificado;
- Sem contar no Palácio imperial de Verão
- O que mais lhe chama atenção é um grande espaço livre para a instalação da ferrovia.

A Figura 03 mostra o desenvolvimento e a estruturação de Petrópolis, em seu início.

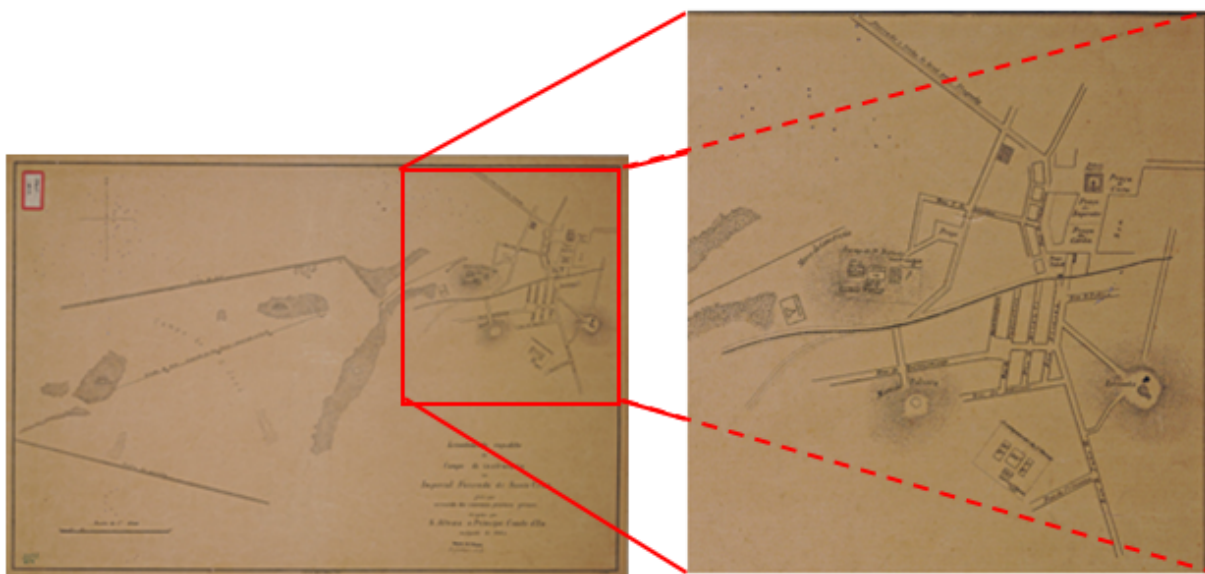


Figura 03: Carta da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1885 . Fonte: Arquivo Nacional.

Pelo Decreto Republicano de 3.VI.1892, foi alterada a Organização Civil do Município de Petrópolis, ocasião em que lhe foi anexada a *Freguesia de São José do Rio Preto*, como é possível perceber na Figura 04, passando o seu Território Municipal a ser dividido em cinco Distritos que são eles a cidade de Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse. Os limites com Parahyba do Sul, bem como todos os demais limites foram reajustados e redefinidos com grande precisão.

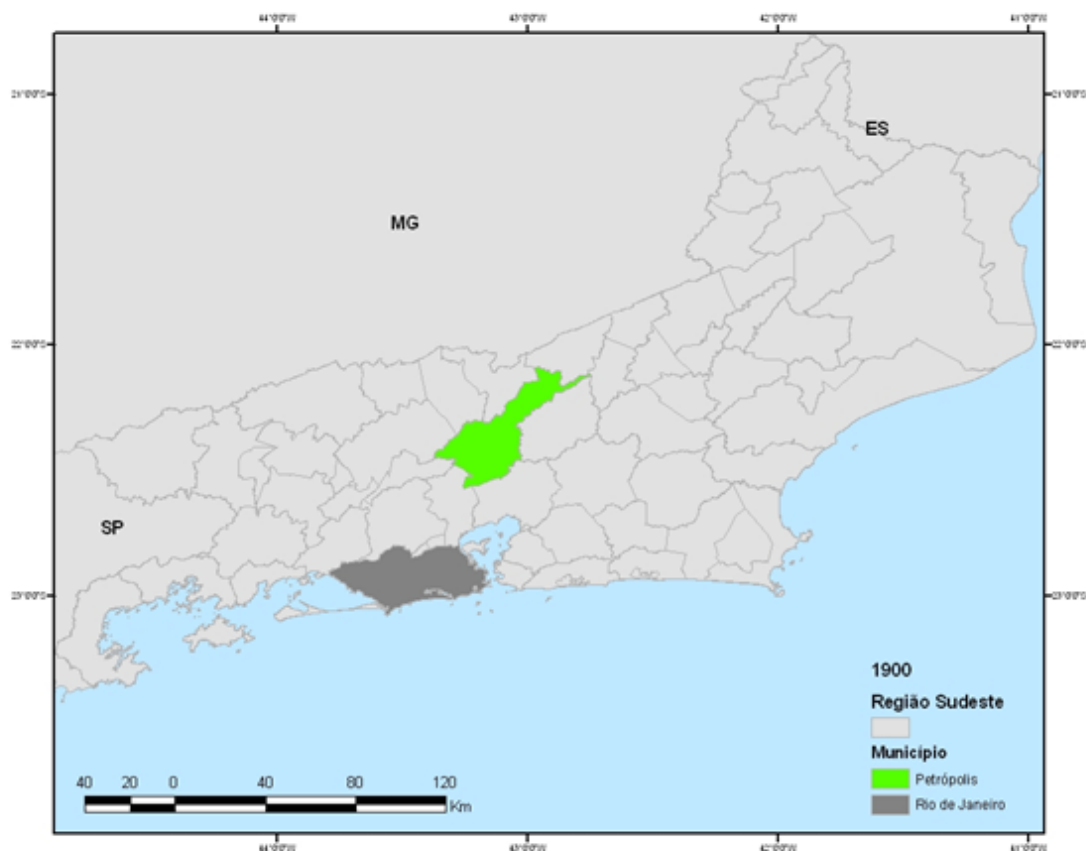


Figura 04 - Mapa estado do Rio de Janeiro 1900. Fonte: Laboratório de Cartografia, Geocart -2011.

Em virtude da lei numero 50, de trinta de janeiro de 1894, a capital do Estado é transferida para a o Município de Petrópolis e sua instalação só ocorre no ano seguinte em 20 de fevereiro.

De acordo com Aloysio Bade,1993 , em 6 de setembro de 1893, ocorre uma Revolta Armada em Niterói, sob o comando de Custódio José de Melo. Os navios de guerra, que estavam na Baía de Guanabara, revoltaram-se contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. Devido a esse acontecimento,

foram cortadas todas as comunicações entre o Rio de Janeiro e Niterói. Diante disso, Petrópolis passa a ser capital provisória do Estado do Rio de Janeiro.

No período da República é possível perceber algumas alterações nos nomes dos logadouros da cidade:

Rua do Imperador —————> Av. 15 de novembro

Rua da Imperatriz. —————> Av. 7 de setembro

Rua Princesa Isabel —————> Rua 13 de maio

Rua de Bourbon —————> Rua João Pessoa

Rua de Joinville —————> Rua Ipiranga

Com a transferência da capital de acordo com a Lei de 1902, de quatro de agosto, a capital retorna para Niterói. Muitos pensaram que com essa mudança a cidade iria incidir no esquecimento das autoridades, mas não foi o ocorrido pois a cidade passou a receber os presidentes da República, no Palácio Imperial

Petrópolis foi uma das primeiras cidades a receber energia elétrica do país. Epiácio Pessoa, em 1920, construiu o prédio do 1º Batalhão de Caçadores, trazendo para a cidade a tropa do Exército, hoje 32º Batalhão de Infantaria, uma das tradições petropolitanas e também em 1922 o prédio dos Correios.

No final da década de 1920, foi construída a primeira rodovia asfaltada do país que ligava o Rio a Petrópolis, que recebeu o nome de Washington Luiz, o presidente que teve essa iniciativa.

Com a transferência da capital federal para Brasília, iniciada em 1962, com as mudanças sociais e tecnológicas decorrentes do início do processo de industrialização do país, com as intensas migrações internas de populações marginalizadas, a cidade se viu envolvida em um processo político populista que permitiu que diversas áreas, inclusive as encostas dos morros, fossem ocupadas de modo inadequado. Como conseqüência, ocorreu um violento crescimento da população sem um planejamento urbano e paisagístico que permitisse a manutenção das condições anteriores da cidade, o que modificou em profundidade o ambiente e a sua aparência.

Atualmente a cidade volta-se para o turismo, baseado em suas tradições e nas marcas arquitetônicas e urbanísticas que ficaram de seu passado. A cada dia novos casarões e palácios abrem suas portas à visitação. Uma extensa rede de facilidades esta sendo oferecida ao turista como pousadas e hotéis, restaurantes e outras atrações cheias de requinte e particularidades, capazes de atrair o interesse do visitante.

IV - DISTRITOS

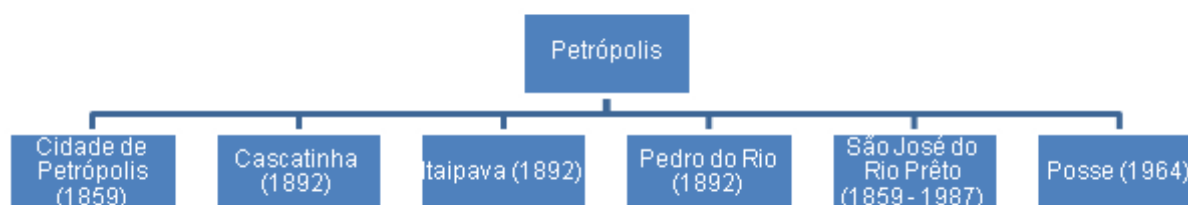


Figura 05: Organograma com os Distritos de Petrópolis.

1-Distrito de Petrópolis

De acordo com a Lei Provincial de 31.XII.1858 é criado o distrito de *Petrópolis* Posteriormente com o decreto estadual número 1 datado de oito de maio e o decreto 1-A do dia três de junho de 1892, sancionam a criação do distrito *Petrópolis*.

Em virtude das leis estaduais números 50, de 30 de Janeiro, e 89, de 1.º de outubro de 1894, a cidade de Petrópolis, sede do distrito e do município do mesmo nome, foi elevada a categoria de capital do Estado, perdendo, porem, essa prerrogativa por força da Lei estadual n.º 542, de 4 de agosto de 1902.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 1.063, de 28 de Janeiro de 1944, o distrito de Petrópolis foi ordenado como o 1.º do município de igual nome.

2-Distrito de Cascatinha

Sua criação é devido aos decretos estaduais números 1, de 8 de maio, e 1-A, de 3 de junho de 1892.

De acordo Decreto-lei estadual n.º 1 063, de 28 de Janeiro de 1944, ordenou o distrito de Cascatinha como o 2.º do município de Petrópolis.

3- Distrito de Itaipava:

Instituído pelos decretos estaduais dos mesmos que originaram Cascatinha .

O Decreto-lei estadual n.º 1.063, de 28 de Janeiro de 1944, ordenou o distrito de Itaipava como o 3.º do município de Petrópolis.

4- Distrito de Pedro do Rio

Sua criação é devido aos decretos estaduais números 1, de 8 de maio, e 1-A, de 3 de junho de 1892. Embasado no Decreto-lei estadual n.º 1063, de 28-1-1944, ordenou-o como o 4.º do município de Petrópolis .

5- Distrito de São José do Rio Preto

A freguesia de São José do Rio Preto foi criada pelo alvará de 25 de novembro de 1815, e sua confirmação só foi concedida em 1892.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial, judiciária e administrativa do Estado, para vigorar no quinquênio 1944-1948, o distrito de São José, subordinado ao município de Petrópolis passou a chamar-se Paranaúna.

O distrito de Paranaúna foi ordenado como o 5.º do município pelo Decreto-lei estadual n.º 1 063, de 28 de Janeiro de 1944.

Por efeito do artigo 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro, promulgado em 20 de junho de 1947, o distrito de Paranaúna do município de Petrópolis, retornou a sua primitiva denominação de São José do Rio Preto.

Pela lei estadual nº 1255, de 15-12-1987, desmembra do município de Petrópolis o distrito de São José do Vale do Rio Preto. Elevado à categoria de município.

6- Distrito da Posse

Sua criação é concedida através Lei número 5 388. de 23-9-1964, como o 6.º do município de Petrópolis, com terras desmembradas dos distritos de São José do Rio Preto e Pedro do Rio e anexado ao município de Petrópolis.

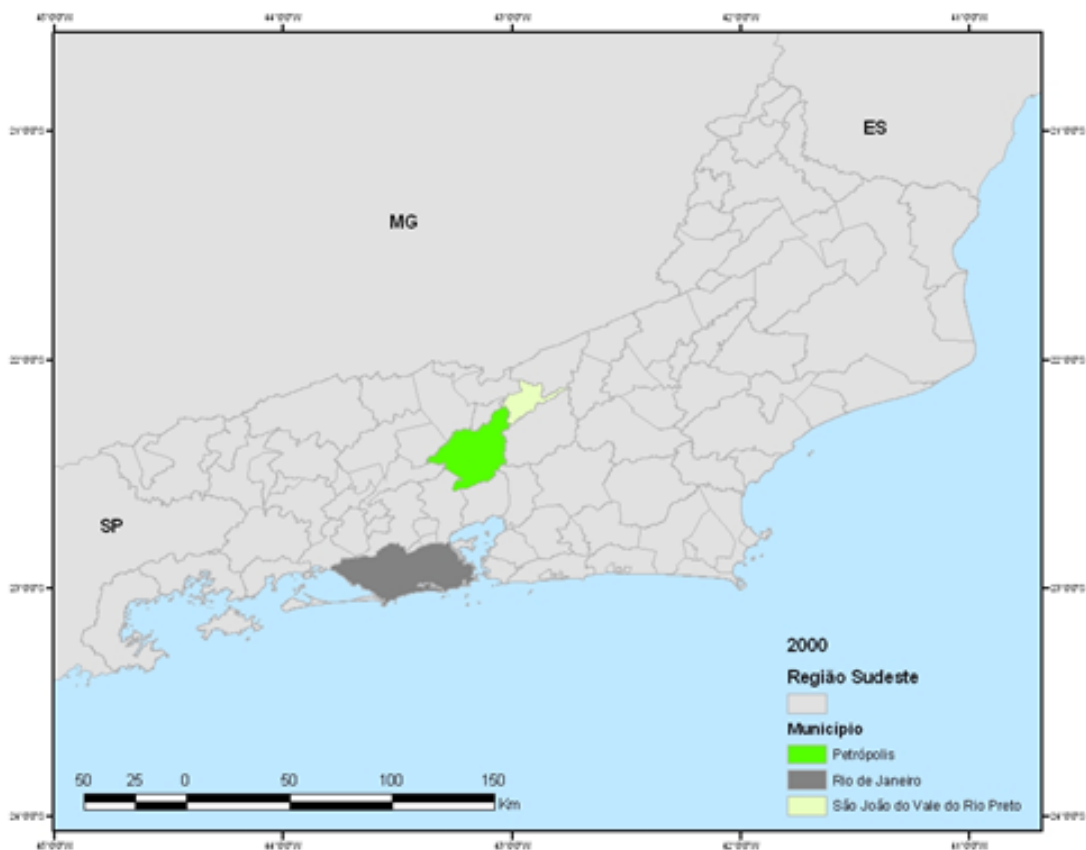


Figura 06 - Mapa estado do Rio de Janeiro, 2000. Fonte: Laboratório de Cartografia, Geocart -2011.

V - POSICIONAMENTO ATUAL DO CASO ESTUDADO

De acordo com a Lei estadual nº 1255, de 15-12-1987, desmembra do município de Petrópolis o distrito de *São José do Vale do Rio Preto* é elevado à categoria de município, a alteração é detalhada na Figura 06.

Sendo assim atualmente o município é organizado em 5 distritos: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse.

VI - ORIGEM DO NOME PETRÓPOLIS

O nome da cidade está correlacionado a construção do *Palácio de Verão*, que oficialmente foi nomeado como Palácio de Petrópolis homenageando o Imperador Dom Pedro II. Sua origem étnica é portuguesa,

sendo do latim “petrus”, Pedro. E do grego “pólis”, cidade. Portanto a cidade é nomeada como *Petropolis*, cidade de Pedro.

Nos primeiros registros de Petrópolis é encontrado sem acento, *Petropolis*. No decorrer dos anos, de acordo com regra de acentuação gráfica que diz toda proparoxítone deve ser acentuada Petrópolis, passa a ser acentuado.

VI - CONCLUSÕES

Este trabalho foi designado com a função de representar a evolução do município de Petrópolis desde o início do seu povoamento até os dias atuais. Ressaltando toda sua evolução e suas alterações toponímicas.

É necessário frisar que o trabalho encontra-se em andamento, numa fase de composição do banco de dados do processo evolutivo do estado do Rio de Janeiro. E que neste momento prioriza o município de Petrópolis estudado.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Isaias da Costa. Koeler, 1993.

ABREU, A. I. da C. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: IBGE, Ed. 16. 1964-1965.

AULER, Guilherme. Cadernos do Córrego Secco (Fascículos). Petrópolis, Editora Vozes

BADE, Aloysio. Conhecendo Petrópolis. Editora Gráfica Serrana, 1993.

CASADEI, Thalita de Oliveira. Aspectos Históricos de Petrópolis. Lambari, Tipografia Castro, 1983.

_____. Petrópolis: Relatos Históricos. Petrópolis, Ed. Gráfica Jornal da Cidade, 1991.

_____. A história do Brasil no Arquivo Grão Pará. O francês Jean Baptiste Binot em Petrópolis. Tribuna de Petrópolis, Ano LXXXII, Nº1360, 5 de junho de 1985.

CIDADE DE PETRÓPOLIS. Reedição de quatro obras raras: Viagem pitoresca a Petrópolis. Guia de Viagem. Os estabelecimentos úteis de Petrópolis. Doze horas em diligência. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Petrópolis: Museu Imperial, 1957.

DEBRET, J.-B. Caderno de Viagem. Texto e organização de Julio Bandeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

_____. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

Dicionário Lello, 1959.

- FERREZ, G. Iconografia do Rio de Janeiro: 1530-1890. Catálogo analítico, v. 2, il. color. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2000.
- FROÉS, Carlos Oliveira. Petrópolis - A Saga De Um Caminho. Rio de Janeiro, 2005.
- INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS. Boletim. Ano II, Nos. 3, 4 e 5, setembro 2008.
- LAMEGO, Alberto R. O Homem e a Serra. R. de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE.
- MENEZES, P.M.L.; DIAS, A.C.; COSTA, B.F. Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro. FAPERJ. 2003.
- MENEZES, P. M. L. ; SANTOS, C. J. B. Geonímia e Cartografia: da pesquisa histórica ao geoprocessamento. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., 2008
- RAFFARD, Henri. Jubileu de Petrópolis. Rio de Janeiro: Companhia Typográfica do Brazil, 1895.
- SANTOS, J.A. As freguesias: história e actualidade, Oeiras, Celta Editora, 1995
- SANTOS, C. J. B. dos; Geonímia do Brasil: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses. Tese de doutorado; UFRJ-PPGG; 2008.
- SODRÉ, Alcindo. Museu Imperial. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp. 39-40.
- TAUNAY, Carlos Augusto. Viagem pitoresca a Petrópolis. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1862.
- TINOCO, José. Petrópolis. Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typographia de L. Winter, 1885.